

## COMANDO 1.GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

**Estudo Técnico Preliminar 67/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64278.009423/2026-65

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O Regulamento de Uniformes do Exército - EB10-R-12.004, 5ª Edição, 2025, aprovado através da Portaria nº 2.428 / C Ex, de 20 de fevereiro de 2025, em seu Capítulo VI - Apresentação Pessoal, Seção II, art. 68, §1º, incisos I e II, versa sobre a padronização de corte de cabelo e a periodicidade necessária para os militares com uso de uniformes constantes do regulamento.

2.2. A Apresentação Pessoal é a obediência à disciplina, base institucional das Forças Armadas, conforme art.14 da Lei nº 6.880, de 19 de dezembro de 1981 (Dispõe sobre o Estatuto dos Militares). No art .31, inciso IV, Estatuto dos Militares, é dever do militar respeitar a disciplina e à hierarquia.

2.3. Consubstanciado pelo dever de respeito à disciplina e pela necessidade de padronização do corte de cabelo, a existência de Prestador de Serviço Continuado de Barbearia para atendimento aos militares do Comando do 1º Grupamento de Engenharia e da Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia faz-se indispensável ao cumprimento dos preceitos legais.

2.4. O efetivo de militares componentes do Comando do 1º Grupamento de Engenharia é de 91 (noventa e um) Oficiais e 1 (uma) Praça. A Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia é de 14 (quatorze) Oficiais, 115 (cento e quinze) Subtenentes e Sargentos, 22 (vinte e dois) Cabos do Efetivo Profissional, 36 (trinta e seis) Soldados do Efetivo Profissional e 122 (cento e vinte e dois) Soldados do Efetivo Variável.

2.5. Ressalva-se que a Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia incorpora anualmente 2 (dois) efetivos de Soldados do Efetivo Variável nos Grupamentos Alfa e Bravo, respectivamente em março e agosto do ano corrente.

2.6. A forma de contratação proposta é através da Cessão de Uso onerosa, para exercício de atividade de apoio, regulamentado por Contrato Administrativo, onde o poder público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo a sua destinação específica, a qual encontra amparo no art. 3º, inciso III, da Portaria nº 513/2005, que aprova as Instruções Gerais para a Utilização do Patrimônio Imobiliário Jurisdicionado ao Comando do Exército (IG 10-03); art. 24, §1º, inciso I da Portaria nº 200-DEC/2020, que aprova as Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Jurisdicionado ao Comando do Exército (EB50-IR-04.003); e art. 3º, inciso III, da Portaria nº 89 – SEF/2020, que aprova as Normas para a Administração das Receitas Geradas pelas Unidades Gestoras do Comando do Exército (EB90-N-03.003), 1ª Edição, 2020 .

2.7. A exploração de serviços não gerará qualquer espécie de ônus para a cedente, e os serviços serão pagos a cessionária diretamente pelos militares que realizarem cortes de cabelo.

2.8. A necessidade da contratação dos serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, através de Pregão Eletrônico pela Administração Pública Federal, está baseada no moderno princípio administrativo, que vem pautando na aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio financeiro.

2.9. Destacam-se que os benefícios advindos com prestação do serviço de barbearia dentro da Organização Militar permeiam o custo financeiro menos oneroso aos militares, a segurança de não necessitar deslocamento durante expediente para realização do corte de cabelo e a maior disponibilidade de tempo na Organização Militar para cumprimento das missões administrativas e operacionais.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Fiscalização Administrativa	Tenente Coronel Anderson Carlos André César Machado

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Em conformidade com o art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes de padronização expedidas pela AGU, os requisitos para a cessão de uso onerosa do espaço destinado à barbearia do Comando do 1º Grupamento de Engenharia compreendem:

#### 4.1.1. Natureza do serviço:

- a. Prestação realizada como atividade de apoio, em caráter continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra não custeada pela União;
- b. Exploração econômica do espaço por conta e risco da cessionária, com remuneração proveniente dos usuários internos; e
- c. Observância obrigatória dos padrões de corte de cabelo e barba definidos no art. 68, §1º, incisos I a III, §2º e art. 69, §2º, inciso I, do Regulamento de Uniformes do Exército – 5ª Edição, aplicáveis ao efetivo masculino e feminino.

#### 4.1.2. Local de execução:

- a. O serviço será executado exclusivamente na área cedida, com dimensão de 8,10m², sendo vedada a realização de cortes em qualquer outro local da Organização Militar; e
- b. É proibido o compartilhamento da infraestrutura para público externo, preservando-se o controle e a segurança do aquartelamento.

#### 4.1.3. Horário de funcionamento:

- a. Horário-base: - Dias úteis, de segunda-feira a quinta-feira: 08:00–12:00 e 13:30–16:30; e sexta-feira: 08:00–12:00;
- b. Eventual extensão somente ocorrerá mediante:
  - Comunicação prévia ao fiscal com antecedência mínima de 24 horas;
  - Autorização expressa do Ordenador de Despesas ou do Fiscal Administrativo; e
  - Vedação absoluta de alteração habitual de horários, admitindo-se apenas autorizações pontuais para situações extraordinárias.
- c. Duração e condições contratuais:
  - Prazo inicial do Termo de Cessão: 12 meses, com possibilidade de prorrogação até o limite de 10 anos, nos termos dos arts. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade, regularidade do pagamento da outorga e adequado aproveitamento do espaço; e
  - O valor mínimo mensal de outorga será aquele definido em Laudo Técnico aprovado por Engenheiro do Comando do 1º Grupamento de Engenharia.
- d. Capacidade Técnica da cessionária:
  - Apresentação de equipamentos próprios compatíveis com o atendimento ao efetivo;

- Comprovação de qualificação profissional para cortes padrão militar; e
- Responsabilidade integral por insumos, limpeza, conservação, energia e água dimensionadas no processo.

e. Obrigações gerais:

- Obrigações da Cessionária e da Administração estarão descritas no Termo de Referência, observados os deveres compatíveis com o objeto; e

- O Licitante deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para a celebração do contrato.

f. Restrições de finalidade:

- É vedado realizar o corte em local diverso; sublocar o espaço; executar em horários distintos sem autorização; modificar o padrão de corte e utilizar a área para qualquer outra atividade.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. No âmbito do Estudo Técnico Preliminar, foram realizadas consultas a modelagens de Cessão de Uso de espaços públicos para Atividade de Apoio de Barbearia adotada por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com especial atenção as Unidades Militares que enfrentam demanda semelhante de atendimento a seu efetivo interno.

5.2. A análise contemplou a verificação de Editais recentes, Termos de Cessão, Regulamentos de Encargos da Cessionária e práticas de Fiscalização Administrativa, com a finalidade de identificar critérios de vantajosidade ao usuário, preços sociais e mecanismos de preservação patrimonial compatíveis com a realidade do Comando e da Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia.

5.3. As consultas tiveram como objetivos principais:

5.3.1. compreender o funcionamento do mercado de barbearia destinado a público interno, cuja remuneração ocorre de forma direta pelos próprios usuários, sem custeio de mão de obra pela União;

5.3.2. identificar requisitos mínimos usualmente exigidos para a exploração onerosa de espaços da União, tais como conservação do local, responsabilidade por insumos e observância das regras do aquartelamento;

5.3.3. verificar metodologias consolidadas de precificação do espaço público baseado no Método Comparativo de Dados de Mercado e no Método da Renda; e

5.3.4. levantar inovações relativas a agendamento, controle de fluxo de atendimentos, higiene sanitária e segurança.

5.4. Constatou-se que, de forma predominante, a necessidade é tratada como atividade de apoio sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo a Cessão de Uso onerosa do espaço o instrumento apto para viabilizar a prestação do serviço dentro do quartel. O levantamento dos editais e contratos privados evidenciou que o mercado de João Pessoa pratica valores de corte de cabelo, padrão masculino, em média de R\$ 20,00 por atendimento, com faixa usual entre R\$ 20,00 e 45,00, parâmetro que permite aferir a sustentabilidade econômica da atividade a Cessionária e a proteção do interesse do militar enquanto usuário.

5.5. Foram identificadas boas práticas de gestão, sem restrição à competição, destacando-se:

5.5.1. execução do serviço exclusivamente na área cedida;

5.5.2 responsabilidade da Cessionária por insumos, limpeza e pequenas manutenções;

5.5.3. adoção de critério de julgamento pelo menor preço ao usuário interno, mantendo preço fixo do espaço; e

5.5.4. vedação de desvio de finalidade.

5.6. Os aperfeiçoamentos identificados que se mostraram compatíveis foram incorporados à presente modelagem, especialmente quanto aos horários de funcionamento, encargos de conservação e mecanismos de fiscalização. Ressalte-se que o levantamento buscou amadurecer o planejamento, preservando a isonomia entre os licitantes e a liberdade econômica da futura Cessionária, observando-se as diretrizes da AGU.

5.7 A Comissão conclui que o mercado possui número suficiente de profissionais aptos a explorar o espaço e a prestar cortes padrão militar, e que o valor privado de R\$ 18,00 é referência adequada para a disputa do pregão, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa sob a perspectiva do usuário interno e do adequado aproveitamento do patrimônio público.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução selecionada pela Administração Militar do Comando do 1º Grupamento de Engenharia consiste na Cessão de Uso onerosa de parcela do imóvel da União, com área construída de 8,10 m², destinada à exploração de Atividade de Apoio de Barbearia, cujo atendimento será voltado ao público interno de militares do Comando e da Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia.

6.2. O modelo tem por finalidade viabilizar a prestação do serviço dentro do próprio aquartelamento, sem que haja qualquer desembolso de recursos públicos para custeio de despesa com pessoal.

6.3. O valor relativo à utilização do espaço público previamente fixado pela Administração com base no Laudo de Avaliação nº 04 /2026 – SPI/Cmdo 1º Gpt E, aprovado pelo Parecer Técnico nº 043/2026/SPI/1º Gpt E, que definiu a mensalidade mínima de outorga em R\$ 448,54 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) por mês, destes sendo, R\$ 254,21 (duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte um centavos) para a efetiva cessão da área e R\$ 194,33 (cento e noventa e quatro reais e trinta e três centavos) relativo aos custos com energia/água/esgoto. A competição do certame incidirá exclusivamente sobre o menor preço do corte de cabelo a ser cobrado dos usuários internos.

6.4. Nesse arranjo, a Cessionária assumirá integralmente os seguintes encargos:

6.4.1. fornecimento e manutenção de seus próprios equipamentos compatíveis com o atendimento da tropa (cadeiras, máquinas, espelhos, climatização e mobiliário);

6.4.2. aquisição, às suas expensas, de todos os insumos de corte e materiais de higiene;

6.4.3. limpeza e conservação ordinária da área cedida, observadas as regras sanitárias da Organização Militar; e

6.4.4. pagamento mensal e regular da contraprestação pela utilização do espaço, condição essencial para continuidade do termo.

6.5. À Administração Militar caberá:

6.5.1. gestão patrimonial do espaço público;

6.5.2. fiscalização administrativa e financeira do Termo de Cessão;

6.5.3. controle do acesso e da segurança do aquartelamento; e

6.5.4. aplicação das sanções contratuais em caso de inadimplemento, cobrança de preço diferente do adjudicado ou desvio de finalidade.

6.6. O contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que demonstrados:

6.6.1. manutenção da vantajosidade ao usuário interno pelo menor preço do corte;

6.6.2. regularidade do pagamento da outorga fixa; e

6.6.3. adequado aproveitamento e conservação do patrimônio.

6.7. Os resultados pretendidos com a solução abrangem:

6.7.1. cumprimento contínuo do padrão regulamentar de corte de cabelo e barba da tropa;

6.7.2. seleção da proposta que gere menor ônus financeiro ao militar;

6.7.3. valorização do patrimônio da União com pagamento regular da outorga; e

6.7.4. comodidade, higiene e economia de tempo ao serviço.

6.8. A presente solução estará integrada aos artefatos do processo, constituindo arranjo jurídico-administrativo completo para atendimento da necessidade institucional do Comando do 1º Grupamento de Engenharia.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A necessidade de corte de cabelo do Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Cmdo 1º Gpt E) e da Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Cia C 1º Gpt E) requer caráter continuado, permanente e periódico, decorrente de imposição regulamentar de apresentação individual e de higiene da tropa. Considerando que a Administração fixa previamente o preço do espaço público, submeterá à disputa apenas ao menor preço do corte de cabelo ao militar, o planejamento das quantidades buscou dimensionar a capacidade efetiva de atendimento da futura Cessionária dentro da área cedida.

7.2. A infraestrutura disponível comporta a existência de 01 (uma) cadeira operacional, de propriedade e responsabilidade da Cessionária, para o barbeiro que venha a atuar no local.

7.3. O atendimento deverá ocorrer exclusivamente na área cedida, medindo 8,10 m², sendo vedada a execução em local diverso, circunstância que foi considerada para fins de fiscalização e gestão de riscos.

7.4. Estima-se 348 ( trezentos e quarenta e oito) atendimentos mensais, distribuídos na proporção de efetivo de adesão de apenas 10% para Cabos e Soldados, 45% de Subtenentes e Sargentos e 45% de Oficiais, do Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Cmdo 1º Gpt E) e da Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Cia C 1º Gpt E), mais a rotina de renovação do corte padrão a cada 10 (dez) dias. O dimensionamento não impõe número mínimo obrigatório de clientes, mas estimativa de capacidade para que os licitantes possam formular suas propostas com base em cenário realista.

7.5. Aspecto de competência administrativa é do Comando do 1º Grupamento de Engenharia - Cmdo 1º Gpt E (UASG 160176).

7.6. Condições para celebração

7.6.1. As quantidades estimadas foram aprovadas pelo Ordenador de Despesas como referência para o certame, devendo o adjudicatário apresentar declaração de pleno conhecimento das condições do espaço e do público interno, confirmando a disponibilidade de meios para atender ao quantitativo projetado, sem que tal exigência configure restrição à competição.

7.7. Salvaguardas

7.7.1. O modelo veda considerar quantitativo superior à capacidade do espaço ou autorizar cortes em local diverso da área cedida, preservando-se a finalidade pública do patrimônio e evitando-se qualquer desvio de cobrança de preço diferente do adjudicado.

7.8. Resultado do dimensionamento

7.8.1. O levantamento demonstra que a área possui viabilidade física para absorver a demanda regulamentar, permitindo que os licitantes disputem apenas o menor preço do corte de cabelo ao militar, elemento central de vantajosidade da contratação.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 18,00

8.1. O objeto do presente processo licitatório é a seleção de proposta de menor preço de corte de cabelo, incluindo a Cessão de Uso onerosa de parcela do imóvel da União, medindo 8,10 m², localizada no interior do Cmdo 1º Gpt E, destinada exclusivamente à exploração de atividade de apoio de barbearia, para atendimento ao público interno de militares do Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Cmdo 1º Gpt E) e da Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia (Cia C 1º Gpt E).

8.2. Valor da cessão previamente fixado

8.2.1. O valor mensal pela utilização do espaço público foi definido com base no Laudo de Avaliação nº 04/2026, elaborado pela SPI do 1º Grupamento de Engenharia e aprovado pelo Parecer Técnico nº 043/2026/SPI/1º Gpt E, resultando em valor mensal da Cessão de Uso de 448,54 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) por mês, destes sendo, R\$ 254,21 (duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte um centavos) para a efetiva cessão da área e R\$ 194,33 (cento e noventa e quatro reais e trinta e três centavos) relativo aos custos com energia/água/esgoto.

### 8.3 Valor objeto de disputa no certame

8.3.1 A competição entre os licitantes incidirá exclusivamente sobre o preço do corte de cabelo, serviço privado a ser prestado em caráter continuado, devendo sagra-se vencedor o fornecedor que oferecer o **MENOR VALOR SOCIAL POR ATENDIMENTO** ao militar, atualmente estimado em R\$ 18,00 (dezoito reais) conforme pesquisa de preços.

### 8.4 Prazo de vigência

8.4.1. O prazo inicial do termo de cessão será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 anos, nos termos dos arts. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrados:

8.4.2. Manutenção da vantajosidade ao usuário interno pelo menor preço do corte;

8.4.3. Regularidade do pagamento da outorga fixa do espaço;

8.4.4. Adequado estado de conservação e aproveitamento do patrimônio; e

8.4.5. Cumprimento dos padrões do RUE.

### 8.5 Competência do pagamento

8.5.1. A estimativa do valor da cessão refere-se apenas ao patrimônio público e não constitui obrigação financeira da Administração Militar, sendo todos os custos do serviço e dos encargos ordinários previstos no TR suportados pela Cessionária.

8.6. Registra-se que os campos relativos à estimativa de preços de bens e serviços da IN nº 73/2022/SEGES foram utilizados apenas para aferir o preço do corte de cabelo ao usuário, sem aplicação para precificação do espaço público, observando-se a isonomia e a liberdade de competição entre os licitantes.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento do objeto é matéria pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União, especialmente conforme a Súmula nº 247-TCU, que orienta a preferência pela adjudicação por item nos casos em que o objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto da contratação nem perda de economia de escala.

9.2 Aplicando esse entendimento ao caso concreto, verifica-se que a solução pretendida refere-se à Cessão de Uso de um único espaço público do Comando do 1º Grupamento de Engenharia - 1º Gpt E para funcionamento de apoio de barbearia. Como há apenas um ambiente físico a ser disponibilizado, a única Cessionária responsável por sua exploração e conservação, o objeto mostra-se tecnicamente indivisível sob a ótica da cessão, não sendo viável sua fragmentação entre diferentes fornecedores.

9.3 A eventual divisão da solução em parcelas ou a admissão de múltiplas cessionárias no mesmo local acarretaria riscos relevantes e incompatíveis com o interesse do Comando do 1º Grupamento de Engenharia - 1º Gpt E, tais como:

9.3.1 Conflito quanto à responsabilidade patrimonial pelo espaço e seus custos;

9.3.2 Dificuldades de controle de higiene, segurança e acesso ao aquartelamento; e

9.3.3 Impossibilidade de fiscalizar de forma eficaz o preço do corte de cabelo adjudicado, que será o elemento variável do certame.

9.4 Ressalte-se que o modelo adotado não restringe a competição, pois todos os interessados poderão disputar o certame em igualdade de condições, sendo declarado fixo o valor mensal pela utilização do espaço — definido em laudo técnico aprovado — e submetendo-se à disputa apenas o menor preço por corte de cabelo ao militar.

9.5 O encargo assumido pela Cessionária compreenderá a execução do serviço exclusivamente na área cedida, com fornecimento de insumos e realização de pequenas manutenções ordinárias, garantindo a eficiência da solução como um todo e a preservação da finalidade pública do patrimônio.

9.6 Diante da análise realizada, conclui-se pela opção de NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO, devendo o objeto ser tratado como contratação única de Cessão de Uso para apoio de barbearia ao Comando do 1º Grupamento de Engenharia - 1º Gpt E, por ser o arranjo mais adequado para:

9.6.1 Assegurar o cumprimento contínuo do padrão regulamentar de apresentação pessoal;

9.6.2 Proporcionar menor ônus financeiro ao militar, critério central de vantajosidade;

9.6.3 Garantir pagamento regular da outorga fixa e dos encargos do espaço; e

9.6.4 Manter condições de conservação, isonomia e fiscalização eficaz.

9.7 Assim, o tratamento unitário do objeto preserva o conjunto da solução, evita riscos de gestão e atende plenamente às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Não há no âmbito desta Unidade de Administração de Serviços Gerais (UASG) contratação correlata e /ou interdependente com o objeto desta, dessa forma, não há risco de sobreposição.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A presente licitação, motivada pelo fato extraordinário do óbito do contratado anterior, tem previsão expressa no Plano Anual de Contratação (PCA) do exercício 2026.

11.2 A Equipe de Planejamento de Contratação conclui que a solução se encontra plenamente alinhada ao Objetivo Estratégico da Organização Militar, especificamente, Objetivo Estratégico Organizacional (OEO) nº 4 - Aprimorar a Qualidade na Gestão do Bem Público, Plano de Ação nº 29.

11.3 O alinhamento é demonstrado, sob a perspectiva do interesse público, pois:

11.3.1 O serviço será remunerado diretamente pelos usuários internos e sem qualquer desembolso de recurso público pela Administração Militar;

11.3.2 O valor mensal pela utilização do espaço público da Barbearia foi previamente fixado em Laudo Técnico aprovado, não se submetendo à disputa nem a reequilíbrio; e

11.3.3 O modelo viabiliza atividade essencial de apoio de Barbearia ao Comando do 1º Grupamento de Engenharia e a Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia, garantindo menor preço ao militar e a adequada valorização do patrimônio da União.

11.4. Motivação superveniente para abertura do certame:

11.4.1 A licitação está sendo promovida, no presente momento, em razão do falecimento do anterior Cessionário da Barbearia, fato que extinguiu o contrato anterior e tornou o espaço vago e sem exploração, exigindo providência imediata da Administração Militar para continuidade de atendimento ao efetivo interno.

11.4.2 Registra-se que o óbito do Cessionário anterior — profissional autônomo que prestava cortes padrão militar — impediu a prorrogação do ajuste pretérito, constituindo evento imprevisível que justificou a nova inserção no PCA vigente e a abertura extraordinária do processo, sem que tal circunstância represente criação de nova despesa, mas apenas nova seleção de fornecedor para encargo de interesse público.

11.5. Portanto, a implementação da solução por meio de Cessão de Uso onerosa com julgamento pelo menor preço do corte de cabelo ao militar, atende aos princípios da eficiência, motivação, isonomia e adequado aproveitamento do patrimônio.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Considerando os princípios da eficiência, eficácia e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, espera-se que a contratação por meio do menor preço de corte de cabelo ao militar, incluindo a Cessão de Uso onerosa do espaço da Barbearia do Comando do 1º Grupamento de Engenharia, viabilize o alcance dos seguintes resultados:

### **12.1.1. Benefícios diretos:**

a) Garantir a prestação de serviço continuado e unitário de corte de cabelo e barbearia destinado ao público interno de Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Cabos e Soldados, do sexo masculino e feminino, com padrão de corte, conforme Capítulo VI - Apresentação Pessoal, Seção II, art. 68, §1º, incisos I e II, do Regulamento de Uniformes do Exército – 5ª Edição, assegurando o cumprimento permanente do requisito regulamentar de padronização de corte de cabelo e a periodicidade necessária para os militares com uso de uniformes constantes do regulamento;

b) Proporcionar aos militares preço acessível, estimado inicialmente em R\$ 18,00 (dezoito reais) por atendimento, evitando que o efetivo interno fique sujeito a valores elevados do mercado externo e garantindo igualdade de tratamento entre todos os usuários;

c) Assegurar prontidão e economia de tempo ao serviço, reduzindo deslocamentos, atrasos e dispensas para cortes fora do aquartelamento, com impacto positivo sobre as atividades operacionais e administrativas da Organização Militar; e

d) Valorizar o patrimônio público da União, mediante o pagamento fixo e regular da outorga do espaço, com encargo integral da Cessionária por energia, água e esgoto.

### **12.1.2. Benefícios indiretos:**

a) Manter o espaço da barbearia em plena utilização, com conservação ordinária suportada pela própria Cessionária e sem geração de custo para a Administração Militar;

b) Preservar a imagem institucional do Exército perante a sociedade, ao possibilitar atendimento interno compatível com as regras de disciplina e higiene;

c) Colaborar para a melhor alocação dos recursos públicos, pois o modelo dispensa qualquer custeio de mão de obra pela Organização Militar, concentrando a competição apenas no menor preço do corte de cabelo ao militar; e

d) Estimular a participação de profissionais locais, fortalecendo o comércio de apoio da Guarnição de João Pessoa.

## **12.2. Restrição de mérito**

12.2.1. Todos os benefícios acima serão alcançados por meio de contratação única e não parcelada, com disputa pelo menor preço ao usuário interno, mantendo-se isonomia entre os licitantes e adequado controle do patrimônio.

## **12.3. Conclusão**

12.3.1. A contratação revela-se apta a atender à necessidade essencial de Apresentação Pessoal dos militares do Comando e da Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia, garantindo continuidade do serviço de apoio de barbearia, vantajosidade ao militar (usuário) e valorização do espaço público, sem criação de nova despesa à Administração Militar.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Para a solução em comento, não há necessidade de adequação da estrutura ou da infraestrutura física para viabilizar a execução contratual.



## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deverão ser seguidas as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), integrante da Consultoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Após a realização do Estudo Técnico Preliminar, que contempla a análise da necessidade institucional do Comando e da Companhia de Comando do 1º Grupamento de Engenharia, o levantamento de mercado, a avaliação patrimonial do espaço e a matriz de riscos, esta comissão de planejamento **DECLARA VIÁVEL** a contratação nos termos propostos.

15.2. A viabilidade é fundamentada nos seguintes aspectos:

- a) O serviço de corte de cabelo e barbearia possui natureza continuada e cogente, decorrente do Regulamento de Uniformes do Exército;
- b) Inexiste, na estrutura de pessoal do Comando do 1º Grupamento de Engenharia, cargo ou função orgânica capaz de executar o serviço por meios próprios;
- c) O valor mensal pela utilização do espaço público foi previamente fixado com base no Laudo de Avaliação nº 04 /2026, aprovado pelo setor técnico, cabendo a Cessionária suportar todos os encargos ordinários;
- d) O modelo adotado submete à disputa apenas o menor preço por corte de cabelo ao militar, estimado em R\$ 18,00 (dezoito reais), critério que garante vantajosidade ao usuário interno e isonomia entre os licitantes;
- e) A abertura do certame decorre de fato imprevisível e superveniente — o falecimento do cessionário da barbearia — que extinguiu o contrato anterior e deixou o espaço vago, exigindo nova seleção de fornecedor, sem criação de nova despesa à Administração.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ADNELSON MEDEIROS DE SOUZA**

Membro da comissão de contratação

**HERIVELTON MENEZES GILO**

Membro da comissão de contratação



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Laudo\_Nr\_004-2026-Barbearia\_do\_Cmdo\_1º\_Gpt\_E.pdf (6.48 MB)
- Anexo II - Parecer Nr 043-2026-Laudo Nr 004-2026-SPI-Barbearia Cmdo 1º Gpt E.pdf (554.88 KB)